

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 150, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.

“Cria Gratificação Complementar aos Servidores Municipais que ocupam o cargo de médico e atuam em Regime de Plantão nos Postos de Saúde do Município e dá outras providências.”

ERNANI DE FREITAS GONÇALVES, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica instituída a “gratificação complementar de plantão” aos servidores públicos municipal de Eldorado do Sul que ocupam o cargo de médio e atuam em regime de plantão nos Postos de Saúde do Município.

§1º Os médicos contratados em caráter temporário de excepcional interesse público que atuarem em regime de plantão, também, terão direito a gratificação.

§2º Terá direito a gratificação o profissional que trabalhar, exclusivamente, em regime de plantão com carga horária igual ou superior a 10 (dez) horas ao dia.

Art. 2º A gratificação será concedida mediante portaria do Prefeito, conforme determina o art. 59, combinado com art. 78, inciso II, alínea “a”, ambos da Lei Orgânica Municipal.

Art. 3º A “gratificação complementar de plantão”, ora criada, por prazo determinado, complementa, a “gratificação de plantão” criada através da Lei Municipal n.º 2.802, de 18 de dezembro de 2007, que permanece em vigor.

Parágrafo único. A presente Lei segue, integralmente, as disposições da Lei referida no artigo anterior, tendo sua existência condicionada à existência da mesma.

Art. 4º A gratificação será de 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento básico do servidor.

Art. 5º Poderá ser concedida a gratificação para no máximo 25 (vinte e cinco) servidores efetivos detentores do cargo de médico.

Art. 6º A qualquer tempo e a juízo da Administração Municipal a gratificação poderá ser cessada.

Art. 7º A presente Lei terá vigência até 31 de dezembro de 2012.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 31 de outubro de 2011.

ERNANI DE FREITAS GONÇALVES
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Sigrid Inês Guthmann Pesenatto
Secretária da Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis o Projeto de Lei Municipal n.º 150, de 31 de março de 2011, que **“Cria Gratificação Complementar aos Servidores Municipais que ocupam o cargo de médico e atuam em Regime de Plantão nos Postos de Saúde do Município e dá outras providências.”**

O Projeto de Lei em tela visa complementar, temporariamente, a “gratificação para plantão” instituída de forma permanente através da Lei Municipal n.º 2.802, de 18 de dezembro de 2007. A vigência da gratificação que se visa criar, através do presente projeto de lei, terá vigência até 31 de dezembro de 2012, prazo necessário para verificação de possibilidade orçamentário-financeiro de aumentar definitivamente a gratificação de que trata a Lei Municipal n.º 2.802, de 18 de dezembro de 2007, de 30% (trinta por cento) para 70%, no mínimo.

Como é de conhecimento público existe uma campanha nacional para a melhora da remuneração da classe médica. Estas reivindicações tem sido noticiadas em toda imprensa, a exemplo das matérias veiculadas no site da globo nos dias 24 e 25, do corrente mês. Também, é de conhecimento de Vossas Excelências, que os médicos, em especial, os plantonistas tem alta procura no mercado de trabalho e que as remunerações são bem mais atraentes que as ofertadas pelo Município, causando o esvaziamento do quadro, com o perecimento da população.

Sendo a Saúde um direito universal garantido constitucionalmente, não podemos permitir que a população tenha prejuízo no atendimento, considerando que este é problema nacional que temos que enfrentar.

Salienta-se que, nos termos do artigo 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), torna-se desnecessária a realização de estimativa de impacto orçamentário-financeiro, uma vez que a despesa, ora criada, será realizada por tempo determinado e inferior a 2 (dois) anos.

Desta forma, contando com a Vossa costumeira atenção, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

ERNANI DE FREITAS GONÇALVES

Prefeito Municipal